# oor FLÁVIA RAMOS QUEIROZ OLIVEIRA e protocolado em 28/08/2020 11:48:42h. Protocolo nº 118/2

# PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA

PA Nº 118/2019

# ATA DA 2ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA INSTITUCIONAL

Data da reunião: 20 de agosto de 2020

Horário: 9h às 12h

Modalidade: Reunião por Videoconferência

No dia 20 de agosto de 2020, às 9:00h, reuniu-se, na modalidade virtual, o Comitê de Governança e Gestão Participativa—CGOV, instituído pela Resolução Administrativa TRT 18ª nº 83/2018. Participaram da reunião os seguintes membros do CGOV: Desembargador-Presidente Paulo Pimenta; Desembargador Vice-Presidente e Corregedor Daniel Viana Júnior; Gil César Costa de Paula, suplente do Diretor da Escola Judicial, Desembargador Eugênio José Cesário Rosa; Celso Moredo Garcia, Juiz Coordenador do Comitê Gestor Regional da Política de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição; Luciano Santana Crispim, Juiz de Cooperação; Hugo Timo Neto, suplente do Secretário-Geral da Presidência, Thiago Domiciano de Almeida; Célvora Marra M. R. de Oliveira, suplente do Diretor-Geral, Ricardo Werbster Pereira de Lucena; Robnaldo José Santos Alves, Secretário-Geral de Governança e Estratégia; Luiz Henrique Maia, Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas; Gustavo Melo Morais, suplente do Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação, Murilo de Barros Carneiro; Marcelo Marques de Matos, Diretor da Secretaria da Corregedoria Regional; Jorge Luís Machado, Secretário-Executivo da Ouvidoria; Joelson da Conceição Lisbôa, Presidente da ASJUSTEGO; Leopoldo Siqueira Múndel, suplente do representante da Ordem dos Advogados do Brasil Seção Goiás, José Humberto Abrão Meireles; e Suse Lane do Prado e Silva, suplente do Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 18ª Região, Tiago Ranieri de Oliveira.

Ausências justificadas do juiz Alexandre Valle Piovesan, Presidente da AMATRA XVIII, e do servidor Cleber Pires Ferreira, Secretário-Geral Judiciário.

Registro a participação dos seguintes convidados: Cássia Maria Sebba kafuri, Diretora da Secretaria de Manutenção e Projetos; João Hélio Martins Júnior, Chefe da Gerência de Planejamento e Projetos; Lara Cristina Nercessian de Barros, Chefe da Gerência de Responsabilidade Socioambiental; Lídia Barros Nercessian, Diretora da Coordenadoria de Comunicação Social; Maísa Bueno Machado, Diretora da Secretaria de

Licitações e Contratos; Marcos dos Santos Antunes, Diretor da Secretaria de Orçamento e Finanças; Marcos Balduíno de Oliveira, Diretor da Secretaria de Auditoria Interna; Maria Célia de Sene Bavaresco, Chefe da Gerência de Apoio à Governança de TIC; Marina Junqueira Cançado, servidora da Gerência de Saúde; Mateus Vargas Mendonça, Chefe do Núcleo de Planejamento e Desenvolvimento de Pessoal; Paula Rejane S. Guimarães, Chefe do Setor de Apoio à Governança de Pessoas; Rafael Ramos Tavares, Chefe da Seção de Acompanhamento de 1º e 2º Graus; e Wilane Carlos da Silva Massarani, Diretor da Divisão de Estatística, Pesquisa e Inovação.

- O Desembargador-Presidente abriu a reunião cumprimentando os presentes e, em seguida, passou à discussão dos itens constantes da pauta:
- 1) Minuta da Política de Responsabilidade Socioambiental do TRT da 18ª Região: A Chefe da Gerência de Responsabilidade Socioambiental fez uma breve contextualização sobre as fases de construção da Política de Responsabilidade Socioambiental do TRT da 18ª Região, bem como apresentou a sua estrutura e seus eixos de atuação de forma sucinta, uma vez que os membros do Comitê de Governança e Gestão Participativa tiveram acesso previamente ao texto integral da minuta. Deliberou-se pela aprovação da Política de Responsabilidade Socioambiental do TRT da 18ª Região.

# 2) 2<sup>a</sup> RAE Institucional de 2020:

2.1) Apresentação de resultados dos indicadores do Plano Estratégico do TRT-18: Foram apresentados os resultados dos indicadores do Plano Estratégico do TRT-18 e respectivas análises críticas, as metas para o ano de 2020, bem como as iniciativas que estão sendo realizadas para o atingimento delas, conforme documento juntado às fls. 452/574. Os indicadores da área-fim foram apresentados pelo Diretor da Divisão de Estatística, Pesquisa e Inovação e os demais pelos titulares das unidades responsáveis pelo cumprimento das metas.

No tocante ao "Índice de execução", o Diretor da Secretaria da Corregedoria Regional pontuou que o Projeto Garimpo poderá contribuir para a melhoria do desempenho do indicador, uma vez que a próxima etapa do projeto é disponibilizar o saldo pertencente aos reclamados para pagamento de execuções paralisadas nas varas do trabalho, o que certamente impulsionará a solução de muitos processos na fase executória.

- O Desembargador Vice-Presidente ressaltou que a queda acentuada desse índice no mês de abril decorreu da vedação do uso do BacenJud, mas que, após a liberação, o indicador voltou a crescer.
- Já o Desembargador-Presidente informou que, a partir de setembro, haverá mudança do sistema BacenJud para uma nova versão do sistema de bloqueio SISBAJUD, e nosso SABB será descontinuado ou adaptado, o que pode gerar alguma dificuldade no cumprimento desta meta.

No que se refere ao indicador "Índice de cumprimento das metas previstas no Plano de Logística Sustentável", a chefe da Gerência de Responsabilidade Socioambiental destacou que o aumento da telefonia no segundo trimestre deste ano decorreu do pequeno acréscimo do valor da quota da telefonia móvel para os magistrados. O Desembargador-Presidente acrescentou que a principal causa do aumento da telefonia foi a

ampliação de beneficiários da quota de telefonia para servidores que trabalham como conciliadores e secretários de audiência, porque muitos não tinham internet residencial que suportasse a realização dessas audiências nesse período de teletrabalho.

No que diz respeito ao "Tempo médio de duração dos processos de pedido de concessão de benefícios a magistrados", após as discussões e ponderações, deliberou-se pela modificação da meta de 12 dias para 10 dias no ano de 2020.

Na ocasião, o Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas sugeriu que o indicador fosse medido em porcentagem, estipulando prazos para cada tipo de processo, para evitar que pequena quantidade de autos influencie no resultado. O Secretário-Geral de Governança e Estratégia sugeriu considerar a mediana, ao invés da média, no cálculo do indicador. De qualquer forma, ficou definido que o Chefe da Gerência de Planejamento e Projetos deverá verificar como está a fórmula de cálculo deste indicador e apresentar na próxima reunião do Comitê.

No tocante ao "Índice de execução do plano de ação voltado à prevenção e/ou desjudicialização de litígios relacionados ao ODS 8 da Agenda 2030", o Secretário-Geral de Governança e Estratégia fez uma apresentação sobre a meta 9 do Poder Judiciário - Integrar a Agenda 2030 ao Poder Judiciário (Realizar ações de prevenção ou desjudicialização de litígios voltadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) da Agenda 2030), explicando sobre os requisitos da meta, o assunto escolhido e o plano de ação para cumprimento da meta, conforme fls. 554/564.

<u>2.2) Projetos Estratégicos e Institucionais:</u> O Chefe da Gerência de Planejamento e Projetos informou que neste ano 45 projetos tramitaram no Tribunal, sendo 38 estratégicos (19 em andamento, 3 não iniciados e 15 concluídos) e 7 institucionais (4 em andamento e 3 encerrados). Em seguida, apresentou o grau de execução de cada um dos processos em andamento, de acordo com Relatório de Projetos juntado às fls. 566/573.

Concluídos os itens da pauta, o Desembargador-Presidente agradeceu a participação e contribuição de todos e fez um registro no tocante ao resultado do ranking da transparência do CNJ, informando que o TRT-18 ficou muito bem classificado, em segundo lugar entre os Tribunais do Trabalho, subindo 4 pontos percentuais em relação à pontuação do ano passado. Diante disso, parabenizou todas as unidades e agradeceu pelo contínuo empenho na gestão do Regional.

Na oportunidade, o Secretário-Executivo da Ouvidoria destacou que o TRT-18 foi o único tribunal trabalhista que ficou entre os três primeiros nos três anos consecutivos do ranking, bem como que aumentou 10 pontos em dois anos.

Além disso, registrou que o número de elogios ao Tribunal, em especial nos últimos dois meses, aumentou bastante, o que mostra que a sociedade está reconhecendo o esforço que o TRT-18 está fazendo neste momento difícil da pandemia.

Sem mais discussões, a reunião foi encerrada às 12:30h. Eu, Flávia Ramos Queiroz Oliveira, secretária do CGOV e Chefe de Serviço da Secretaria-Geral de Governança e Estratégia, lavrei esta ata, que foi assinada por mim e pelos membros do CGOV.

### ASSINATURAS

[Documento assinado eletronicamente por]

### FLÁVIA RAMOS QUEIROZ OLIVEIRA

CHEFE DE SERVIÇO FC-5

### PAULO SÉRGIO PIMENTA

DESEMB. PRES. DE TRIBUNAL

### CÉLVORA MARRA MOREIRA RODRIGUES DE OLIVEIRA

SECRETÁRIO-EXECUTIVO CJ-1

### LUIZ HENRIQUE MAIA

DIRETOR DE SECRETARIA CJ-3

### GIL CÉSAR COSTA DE PAULA

SECRETÁRIO-EXECUTIVO CJ-1

### JORGE LUIS MACHADO

SECRETÁRIO DA OUVIDORIA FC-6

### MARCELO MARQUES DE MATOS

DIRETOR DE SECRETARIA CJ-3

### **GUSTAVO MELO MORAIS**

CHEFE DE NÚCLEO FC-6

### **HUGO TIMO NETO**

ASSESSOR CJ-3

# ROBNALDO JOSÉ SANTOS ALVES

SECRETÁRIO-GERAL DE GOVERNANÇA CJ-4

### LUCIANO SANTANA CRISPIM

JUIZ TITULAR

### LEOPOLDO SIQUEIRA MÚNDEL

# JOELSON DA CONCEIÇÃO LISBÔA

DIRETOR DE SECRETARIA CJ-3

# DANIEL VIANA JÚNIOR

DESEMB. VICE PRES. TRIBUNAL

### CELSO MOREDO GARCIA

JUIZ TITULAR

# SUSE LANE DO PRADO E SILVA